

PAULO DE BARROS CARVALHO

Professor Titular de Direito Tributário da PUCSP (1985)

Professor Titular de Direito Tributário da USP (1997)

Advogado

DIREITO TRIBUTÁRIO

FUNDAMENTOS JURÍDICOS
DA INCIDÊNCIA

10ª edição revista
e atualizada

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Deborah Caetano de Freitas Viadana

Coordenação geral Claussa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Arte e diagramação Luis Soriano

Revisão de provas Amelia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Morena (coords.)

Claudete da Fonseca Rebelo

Ivone Rufino Calabrin

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Guilherme Henrique M. Salvador

Capa Studio Bss

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Paym

Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-62672-0

Corvalho, Paulo de Barros

Direito tributário : fundamentos jurídicos da incidência /
Paulo de Barros Corvalho. — 10. ed. rev. e atual. — São
Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Direito tributário 2. Incidência tributaria I. Título.

CDU-34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|---|----------|
| 1. Direito tributário | 34.336.2 |
| 2. Incidência tributaria : Direito tributário | 34.336.2 |

Data de fechamento da edição: 13-5-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Notificação de Direito Tributário: fundamentos jurídicos da incidência / Paulo de Barros Corvalho. — 10. ed. rev. e atual. — São Paulo : Saraiva, 2015. — 344 p. — Coleção: Fundamentos. — ISBN 978-85-02-62672-0. — CDD 34.336.2.

007 937 010-01

963806

ÍNDICE

<i>Prefácio à 10^a edição</i>	13
<i>Prefácio à 9^a edição</i>	15
<i>Prefácio à 6^a edição</i>	17
<i>Prefácio à 4^a edição</i>	19
<i>Prefácio à 3^a edição</i>	21
<i>Prefácio à 2^a edição</i>	23
Palavras introdutórias.....	25

PREÂMBULO

O FENÔMENO DA INCIDÊNCIA JURÍDICO-TRIBUTÁRIA

1. Considerações gerais.....	33
2. A trajetória do dever-ser até o ser da conduta.....	38

CAPÍTULO I

SOBRE A NORMA JURÍDICA TRIBUTÁRIA, GERAL E ABSTRATA

1. Texto e contexto	41
2. Enunciados prescritivos e normas jurídicas	44
3. A estrutura lógica das normas jurídicas: o antecedente.....	48
4. O operador deôntico.....	52
5. O conseqüente normativo.....	54
6. Normas primárias e secundárias	58
7. Normas gerais e individuais, abstratas e concretas ...	59
8. Regras de conduta e regras de estrutura.....	65

9. As chamadas “sanções extrajudiciais” são também normas primárias.....	67
10. Norma jurídica e sistema	69
11. Classificação dos sistemas	72
12. Direito positivo: ordenamento ou sistema?.....	75
13. Sistema jurídico – dois corpos de linguagem	78
14. A prescritividade constitutiva do direito	82
14.1. A prescritividade do direito no Preâmbulo da Constituição	84
14.2. O perfil do Preâmbulo no direito positivo brasileiro	86
14.3. Retórica e Preâmbulo.....	87
14.4. Preâmbulo, ementa e Exposição de Motivos ...	89
14.5. Súmula dominante e súmula vinculante	90
14.6. O Preâmbulo como feixe de marcas da enunciação, meio eficaz de acesso ao quadro axiológico que presidiu a edição do Texto Constitucional	94
14.7. Comandos de sobrenível – prescrições sobre prescrições	98
15. Validade como relação de pertinência da norma com o sistema.....	99
16. Vigência, eficácia técnica, eficácia jurídica e eficácia social	102
17. Semiótica e textos jurídico-positivos – a interpretação do direito	107
17.1. A unicidade do texto jurídico-positivo e os quatro subsistemas: a) conjunto de enunciados, tomados no plano da expressão; b) conjunto de conteúdos de significação dos enunciados prescritivos; c) o domínio articulado de significações normativas; e d) a forma superior do sistema normativo	108
17.2. O plano S_1 : o sistema da literalidade textual, suporte físico das significações jurídicas	112
17.3. O plano S_2 : o conjunto dos conteúdos de significação dos enunciados prescritivos.....	116

17.4. O plano S_3 : o conjunto articulado das significações normativas – o sistema de normas jurídicas <i>stricto sensu</i>	120
17.5. O plano S_4 : organização das normas construídas no nível S_3 – os vínculos de coordenação e de subordinação que se estabelecem entre as regras jurídicas.....	123
17.6. O processo de construção normativa e as determinações específicas impostas pelo sistema.....	126
17.7. O trânsito entre os subdomínios S_1 , S_2 , S_3 e S_4 para a integração do sistema.....	128
18. A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade	131
19. O núcleo semântico da norma jurídica tributária.....	133
20. Regra-matriz de incidência tributária.....	136

CAPÍTULO II

SOBRE O FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Enunciados e objetos da experiência – fato como enunciado protocolar – a constituição jurídica do fato .	143
2. Percepção do objeto e categorias semióticas	150
3. Os enunciados conotativos e a construção dos fatos jurídicos	152
4. Erro de fato e erro de direito	155
5. A importância da teoria das provas para o reconhecimento dos fatos jurídicos	157
6. Realidade jurídica e realidade social.....	160
7. Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria auto-poietica do direito	162
8. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser	166

9. Delimitação do conteúdo de “fato puro”, “fato contábil” e “fato jurídico”	168
9.1. Conclusão sobre o caráter exclusivamente jurídico do chamado “fato gerador”	177
9.2. A respeito da doutrina que recomenda a preferência do conteúdo à forma.....	178
10. A subsunção do fato jurídico tributário e seus efeitos normativos	181
11. O núcleo factual e as especificações de espaço e de tempo.....	185
12. As expressões utilizadas para nomear o fato jurídico tributário	187
13. Fatos jurídicos tributários simples e complexos	189
14. Fatos tributários instantâneos, continuados e “complexivos”	192
15. O elemento material do fato jurídico-tributário	197
16. Os elementos temporal e espacial, na configuração do fato	198

CAPÍTULO III

SOBRE A RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA

1. Causalidade física e imputação deôntica	203
2. As relações jurídicas são enunciados fácticos.....	205
3. O cunho relacional dos enunciados.....	210
4. O operador deôntico-jurídico identificando o enunciado relacional	211
5. Os elementos do fato relacional.....	214
6. Aspectos lógico-semânticos do fato relacional	218
7. A relação jurídica tributária.....	222
8. Os sujeitos da relação jurídica tributária – sujeito ativo.....	225
9. Os sujeitos da relação jurídica tributária – sujeito passivo	227

10. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva.....	229
11. A solidariedade passiva na relação tributária.....	231
12. Responsabilidade tributária.....	233
13. Responsabilidade tributária e substituição.....	236
14. Relações tributárias obrigacionais e não obrigacionais ...	241
15. O elemento quantitativo das obrigações tributárias – base de cálculo	246
15.1. A base calculada como uma das unidades factuais que integram o complexo relacional do consequente, na individualidade da norma concreta.....	249
15.2. A base calculada como perspectiva dimensível do fato jurídico tributário. A necessária identidade entre o fato jurídico da base de cálculo (Fbc) e o fato jurídico tributário (Fjt).....	251
15.3. Os cuidados especiais que o desenho da base de cálculo requer, por decorrência da posição preeminente que lhe atribuem a jurisprudência e a doutrina brasileira	255
15.4. O outro fator que integra o critério quantitativo: a alíquota.....	258
16. O marco temporal do nascimento das relações jurídicas tributárias.....	259
17. Como as relações jurídicas tributárias são produzidas, transformadas e extintas.....	264
18. A compostura lógica da obrigação e o quadro possível das providências extintivas	267
18.1. Pagamento.....	272
18.2. Compensação	273
18.3. Transação	275
18.4. Remissão.....	276
18.5. Decadência.....	277
18.6. Prescrição.....	284
18.7. Conversão de depósito em renda.....	286

18.8. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento	288
18.9. A consignação em pagamento	291
18.10. A decisão administrativa irreformável.....	292
18.11. A decisão judicial passada em julgado.....	294
18.12. A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei	295

CAPÍTULO IV

SOBRE A NORMA INDIVIDUAL E CONCRETA QUE DOCUMENTA A INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Imprescindibilidade.....	297
2. O revestimento da linguagem prescritiva e as duas modalidades que o sistema prevê	301
3. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta.....	303
4. Lançamento tributário – o problema semântico.....	305
5. Demarcação conceptual do vocábulo “lançamento”.	310
6. Lançamento tributário: norma, procedimento e acto	314
7. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário	318
8. Sobre o conteúdo do ato de lançamento	322
9. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento	323
10. Lançamento provisório e definitivo	325
11. Lançamento e auto de infração	327
12. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário	330
13. A norma jurídico-tributária, individual e concreta, produzida pelo sujeito passivo	332
14. A linguagem produtora da norma individual e o momento em que ela ingressa no sistema positivo.....	337
<i>Bibliografia</i>	339